



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

TEMA: “PLANO DIRETOR – SUBPREFEITURA DE SÃO MATEUS (ZL7)”

LOCAL: CEU LAJEADO

RUA MANUEL DA MOTA COUTINHO, 293 LAJEADO

DATA: 10 DE NOVEMBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O Nobre Vereador José Américo, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, inicia os trabalhos.

- Apresentação do Plano Diretor

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - A primeira inscrita é Sueli Rodrigues - CEMAIS – Centro de Estudo de Meio Ambiente & Integração Social, Conremat (?).

A SRA. SUELI RODRIGUES - Boa tarde a todos. Represento o CEMAIS, que é uma entidade ambiental de São Mateus, legalmente constituída desde 2003. Em todas as audiências que há na região, procuro comparecer e apresentar aquilo que originou a criação do CEMAIS, que é a Reserva Florestal do Condomínio Santa Bárbara. Fizemos muitos estudos e, desde 1995, tentamos fazer com que o Poder Público se sensibilize para a questão da reserva e a necessidade da preservação.

Dentro do Distrito de São Mateus, ela é a única área de relevância ambiental. É uma área com 42 mil metros quadrados, como, no mínimo, cinco nascentes, que foi o que identificamos até agora.

Então, temos todos os estudos. Eu particularmente fiz o estudo de legislação; montamos um processo inclusive com ajuda do Fernando, quando ele era Coordenador do CPDU, de reconhecimento dessa área; nós a caracterizamos como sendo de propriedade privada, porém com o registro no cartório de reserva florestal, e desconheço, na nossa região, alguma área que tenha o registro em cartório como reserva florestal.

O que quero dizer com tudo isso? Que o Poder Público, ao autorizar um empreendimento dentro de uma área que era área de reserva, de preservação, um empreendimento de interesse social, ele precisa ajudar na preservação dessa área. É um patrimônio natural de extrema relevância para São Mateus. Não sei se há alguém do Jardim Santa Bárbara aqui, mas muitos que estão aqui conhecem a área e estão cansados até de me ouvirem falar em audiência pública sobre a questão dessa área.

Outra questão, trouxe isso documentado, foi protocolado e está indo para lá. Quero tornar público também outra questão. Não sou arquiteta, sou pedagoga por formação e curiosa demais quando se discute o Plano Diretor da cidade de São Paulo, particularmente o de São Mateus. E, fazendo levantamento dentro desse material que está disponível lá no *site*, percebi que os parques de São Mateus, as nossas áreas verdes de São Mateus, não estão identificadas. - os parques particularmente, o que é uma luta enorme, porque a demanda por moradia é muito maior, não é?, e tem muito mais "padrinhos", entre aspas, do que pessoas que realmente queiram ajudar a preservar. Então, nossa luta é muito inglória. Não conseguem adeptos. Então, ficamos falando para a parede muitas vezes.

Quando percebi que o Parque pelo qual lutamos tanto não constava nos mapas do Plano Diretor, conversei com nosso Subprefeito, que me orientou a que viesse até aqui e mostrasse isso e falasse disso.

Então, está documentado. Isso aqui é só um volume dos estudos que já fizemos até agora, da nossa região, do Jardim Santa Bárbara. Parte desse volume está sendo entregue hoje nesta audiência pública, novamente, porque isso tem acontecido desde a primeira revisão, quando era a Prefeita Marta, que entregamos documentos para a Prefeitura e continuamos sendo ignorados.

Espero muito, sinceramente, que, desta vez, consigamos pontuar a relevância da Reserva Florestal lá do Condomínio Santa Bárbara, que hoje temos ciência de que é uma área privada, mas que é um patrimônio natural; e, se é um patrimônio natural, ele beneficia a todos. Então, queremos esse reconhecimento. E eu digo "a gente" - neste momento, falo por mim, não é?, por conta desse estudo todo que fizemos.

E a questão dos parques que não estão pontuados nos mapas e que foi uma luta e que gostaríamos que estivessem.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Não, eu queria aproveitar que você levantou esse problema. A nossa intenção é poder, de fato, aperfeiçoar o projeto naquilo que estiver

ausente - por um esquecimento, ou por falta de contato, ou por qualquer outra razão. Então, seria importante, quando você fala que faltaram os parques, identificar quais são os parques que faltam.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Mas, se você pudesse falar agora, porque aqui no projeto de São Mateus, que eu identifiquei, há quatro parques no Morro do Cruzeiro; está identificado também; Cabeceiras Fase 02 Cabeceiras do Aricanduva, Fase 01; Cabeceiras Fase 02; depois, São Mateus; Sapopemba Aterro Fase 02; o Colonial. Foram esses... Ah, sim, há mais um que é Expansão Nascentes do Aricanduva.

Quais são os que não estão, além desses?

A SRA. SUELI RODRIGUES - Pois bem. Exatamente o Parque que a gente lutou tanto, que é o Parque Nebulosas; e que, dentre esses que você destacou, o Parque Nebulosas é o único que foi entregue para a população até o momento. Ele foi concluído, foi entregue no início deste ano - foi concluído no início deste ano e já foi entregue para a população.

Fica na Rua Nebulosas com Rua Libra e faz parte... Em 2003, Vereador, esse parque foi colocado dentro da discussão regional, junto com a Reserva Florestal do Condomínio. Aí, depois de muito estudo, muito vaivém, percebemos que a reserva era uma área privada e, então, focamos as forças no Parque Nebulosas. E esse Parque Nebulosas não consta.

Eu não tinha esse jornal. Então, eu não tinha lido a questão desses parques. Eu só fiz a observação visual pelos mapas que estão na internet. Então, eu tinha visto que o Parque Nebulosas não consta lá. E isto é uma luta de 20 anos, minha; há outras pessoas que estão há mais de 40 anos lutando por esse parque. Que não é justo que, dentro da revisão do Plano Diretor, ele não conste no mapa da Cidade. Da mesma maneira que digo que a relevância da Reserva Florestal do Condomínio é de extrema importância que ela conste no mapa da cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Agora, ele é parque...?

A SRA. SUELI RODRIGUES - É Parque Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - É Municipal.

A SRA. SUELI RODRIGUES - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Então, é só ele que está faltando?

A SRA. SUELI RODRIGUES - Neste momento, sim.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Está bem.

A SRA. SUELI RODRIGUES - Há outros que não foram entregues. Posso falar do que eu estudei, não é, Vereador?

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Então, veja bem, o Plano Diretor não tem que apresentar só os que foram entregues.

A SRA. SUELI RODRIGUES - É o que está planejado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Ele é um planejamento. É o que está planejado.

A SRA. SUELI RODRIGUES - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - E, evidentemente, essa região é uma região importante em relação a isso.

A SRA. SUELI RODRIGUES - Então, esses parques já estão elencados ali, Ângelo. É que o Nebulosas realmente não está e isso me incomodou profundamente, porque a luta foi muito grande para conseguirmos.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado, Sueli.

O próximo: José Neto Pinheiro, Associação de Indústria e Comércio Timão.

O SR. JOSÉ NETO PINHEIRO - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Ah, nós já estivemos juntos, na outra audiência pública.

O SR. JOSÉ NETO PINHEIRO - Boa tarde a todos. Eu sou José Neto Pinheiro, Presidente da Associação de Indústria e Comércio Timão.

Venho aqui, a partir do momento que foi feita a aprovação da implantação dos corredores que permite o aumento do CA, que seja colocado, o mais rápido possível, em prática. Nós empresários estamos esperando ansiosamente que seja colocado em prática tudo o que está sendo colocado aqui no Plano Diretor.

Agradecemos pela oportunidade. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado, José Neto Pinheiro.

O próximo é Laerte Brasil. Três minutos, Laerte.

O SR. LAERTE BRASIL - Laerte Brasil, Presidente mundial da república global do trabalho, empreendedorismo, empregos das Nações Unidas, cidades, que é a organização global do trabalho e empreendedorismo. E através do seu órgão aqui, o seu órgão institucional que é a dos moradores e empreendedores aqui do território de São Mateus. Saúdo as autoridades da Mesa e todos os demais presentes.

Particpei de várias audiências públicas e uma das ações aprovada por toda a população presente foi a isenção de impostos para as pequenas e médias empresas a fim de que se instalem na região Leste, uma das mais populosas da cidade de São Paulo.

Não sei se a Prefeitura já enviou o projeto para a Câmara Municipal, mas há algumas demandas que excluem a indústria e outros empreendimentos, e isso precisa ser corrigido.

Sobre a mobilidade urbana da região Leste, a CET retirou mais de 200 linhas do território de São Mateus, beneficiando os proprietários de empresas de ônibus, que têm mais lucro, e massacrando os usuários de transporte público nos horários de pico. O transporte é totalmente lotado, precário e 85% não contam com piso rebaixado nem ar condicionado. Muitos usuários vêm sofrendo danos de saúde e apresentando desmaios pela precariedade do transporte da região.

Sobre o Arco do Tietê, queremos saber o que está ocorrendo, pois não vimos dentro das ZEIS os locais de construção de moradias populares. Há moradias para a classe média para cima, de apartamentos de valor de 350 mil reais, mas não para as de classe baixa.

Gostaria, então, que o Vereador Nabil explanasse sobre esse assunto.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. Pedro Luiz Caranicolov.

O SR. PEDRO LUIZ CARANICOLOV – Boa tarde, companheiros. Moro no Jardim Santo André há 36 anos. Participo da discussão Plano Diretor há 20 anos e praticamente pleiteando a mesma coisa. Quando participei da discussão do Plano Diretor de 2002, fiz uma série de apontamentos, que não apareceram na Revisão do Plano Diretor de 2008 nem do atual. Ou seja, foram podando da maneira que puderam ao longo dos anos.

Notei duas coisas. A primeira é sobre a questão ambiental, que foi tratada muito rapidamente.

Falha na gravação.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Pode continuar falando.

O SR. PEDRO LUIZ CARANICOLOV – Em 2003, apontamos várias áreas de parques, várias áreas com pistas verdes, várias áreas de acesso de transporte público, mapeadas ponto a ponto. Agora já não há mais nada e vemos o Plano pronto, de cima, apesar de ter participado das plenárias na Uninove e no Centro Cultural São Paulo.

Achei interessante, porque, a cada grupo de discussão, as dinâmicas eram limitadas. Não houve poder de discussão, e as pessoas tiveram que se limitar a uma intervenção regional com três questões fundamentais em nível municipal. O mais interessante ainda é que havia dois representantes do Secovi nas reuniões.

Sobre a questão habitacional, o Parque São Rafael, segundo o Censo, tem 150 mil habitantes. Duzentos e cinquenta e três acres da cobertura ambiental da região foram

desmatados durante dez anos.

Uma questão que também faltou no Plano Diretor foram os aterros sanitários, pois há 40 anos jogam lixo aqui nessa região. Só na 3ª divisão, por exemplo, são mais de dois milhões de metros quadrados de lixo enterrado. O que é pior: o gás produzido pelo lixo é jogado na atmosfera. A maior causa de mortalidade no Parque São Rafael é devido a problemas cardiorrespiratórios e pulmonares causados não somente pela poluição da Petroquímica, mas também pelo gás produzido pelo aterro sanitário.

O Morro do Cruzeiro tem é segundo maior pico da Capital. De lá se consegue enxergar a Serra do Mar, a Serra da Cantareira, a Serra da Mantiqueira, as espigas da Avenida Paulista, a torre do Pico do Jaraguá. Por que, então, não é uma preservação ambiental? Porque atrás do morro há dois lixões e estão construindo um terceiro.

Sobre o sistema viário, não se fala no Plano Diretor que somos estuprados pela Sabesp e pela Petrobras. A questão da intervenção em São Mateus também não é discutida.

Sobre o sistema habitacional para pessoas de baixa renda, isso é em tese, mas o que vemos é o Morata do Carmo, no Parque Industrial, e construções de prédios na Ragueb Chohfi. No São Francisco, por exemplo, não há iluminação pública e nosso sistema de transporte é péssimo. E o que é pior: como se pode gerar uma cidade no futuro se no presente, nós que estamos aqui há mais de 40 anos, não temos creches suficientes, não temos escolas suficientes, não temos áreas de cultura e lazer suficientes, não temos praças? Praça é uma coisa básica, mas não temos praças nesta região. Também não temos em São Mateus - que tem 450 mil habitantes, segundo o censo do IBGE – uma faculdade pública sequer, não temos um hospital municipal. É uma vergonha! Como a Prefeitura vem falar sobre intervenção urbana nesta região se a própria Prefeitura não faz o que cobra de IPTU de nós, o que ela recebe de impostos!

Cortaram as linhas de ônibus sem consultar a população. Estamos sofrendo. Por quê? Porque temos que rodar as catracas para gerar lucro para as empresas de ônibus.

(Palmas) Gerar lucro para empresas de ônibus! Não consultaram a população.

A mesma coisa, o Plano Diretor. O plano diretor de 2002 (?) foi discutido na região, por distrito, por bairro, cada qual apontando suas deficiências e suas qualidades. Agora, chega a Prefeitura com a coisa pronta, de cima, através do Secovi, empurrando-nos goela abaixo? temos que dizer “não”, “Não é isso que nós queremos, queremos discutir os nossos problemas, as nossas soluções de acordo com a nossa realidade”. Eu ando de ônibus, eu ando a pé, não ando de carro oficial, não ando de helicóptero, não ando de avião, não financio desfile de moda em Paris por 5 milhões de reais, sendo que o nosso Teatro Municipal está entregue às moscas! A Cinemateca de São Paulo está entregue às moscas. Para que serve o dinheiro público? Para servir à elite? Não, tem que servir ao povo. Nós somos o povo. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Próxima inscrita, Dra. Ivanisa Rodrigues, do Movimento Sem Terra Leste 1.

A SRA. IVANISA RODRIGUES – Boa tarde a todos. É muito importante esse momento de devolução do projeto do plano, porque há muita coisa a acertar.

O movimento de moradia participou desde as primeiras audiências públicas. Quem aqui é do Movimento Sem Terra Leste 1, por favor? (Pausa) Essa companheirada tem participado. Aqui em São Mateus, especialmente, temos assistido, nos últimos anos, a toda a população sem teto ser expulsa da região, muitas vezes pressionando a área de proteção ambiental. Se sairmos daqui da Sapopemba e andarmos mais 2 quilômetros à frente, veremos que há novas áreas de favelas em formação e novas áreas de ocupações, porque estamos sendo empurrados da Cidade. Vimos as poucas ZEIS que havia, demarcadas, serem utilizadas para o atendimento da classe média, e o movimento de moradia há mais de 10 anos não constrói uma casa sequer nesta região. Nossos projetos todos têm sido em Cidade Tiradentes, no Itaim Paulista e outros distritos. Então, a região de São Mateus - que de fato tem uma organização e uma mobilização e toda uma luta pela estruturação do bairro – ficou de fora nesses últimos anos.

Para o Plano Diretor, temos algumas propostas que apresentamos em alguns momentos e queremos reiterar. Primeiro, para não continuar acontecendo o que falei, precisa haver ZEIS em toda a Cidade, não só amontoadas na periferia. Se houver ZEIS em toda a cidade, moradia popular em toda a Cidade, isso poderá ser mais distribuído. E, em nossa região, especialmente ao longo de onde haver os corredores de transporte. Só assim a gente consegue sair daqui para trabalhar e fazer outras coisas.

É importante também regulamentar no Plano Diretor – não depois do Plano – a questão da cota de solidariedade. Depois do Plano, muita coisa vai demorar a acontecer. Então, é importante que agora seja garantido que em todos os novos parcelamentos, todos os novos empreendimentos da Cidade haja um percentual de moradia popular. Além disso, que haja o controle social das ZEIS. Ou seja: não adianta demarcarmos as ZEIS e depois elas serem utilizadas para tudo menos moradia popular.

Essas são as três propostas que queremos deixar para o Plano Diretor. Obrigada.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Ivanisa. Próxima inscrita, Cristina Rodrigues de Souza, da Associação Palanque.

A SRA. CRISTINA RODRIGUES DE SOUZA – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa do Vereador Nabil Bonduki. Vereador, o Palanque é um bairro na divisa de São Mateus com Mauá e divisa com Cidade Tiradentes. É um bairro extenso, complexo, misto. Ele tem áreas verdes, que devem ser preservadas. O Governo do Estado está tombando uma área lá para implantar um parque estadual, mas percebemos no dia a dia que falta atuação do Poder Público nas questões de fiscalização e combate ao desmatamento. Eu até costumo brincar dizendo que ali vai ficar na paisagem de quem fotografou, porque a cada dia há ação de invasores e maus loteadores, que loteiam áreas irregularmente, inclusive áreas de risco. Esse é um ponto que deve ser visto com mais seriedade. Eu, que hoje faço parte do Governo, venho alertando para isso. O governo local tem que conversar com o ambiental e com a

Guarda Municipal, porque está havendo muita omissão e convivência com maus loteadores e exploradores da classe mais pobre.

Outra demanda do Palanque são as indústrias. Hoje temos 56 indústrias, lá instaladas desde a década de 90, época que o zoneamento permitia isso. A Prefeita Marta Suplicy, de 2004 para frente, criou a lei de incentivo às empresas, mas não pode ter empresa. Então, fica uma coisa sem eficácia. Hoje essas 56 empresas geram mais de 7 mil empregos, fora os indiretos, o que é positivo em relação ao trânsito e à acessibilidade e contribui para que o trabalhador tenha qualidade de vida, uma vez que trabalha na sua própria região. Só que o grande problema do Palanque é que a gente não consegue melhorias. Não temos asfalto em nenhuma rua, enquanto há somente 22 ruas no bairro. Nem nas áreas de acessibilidade. Aí, entra aquela questão: “Ah, mas o bairro é irregular”, “Ah, mas eles não pagam IPTU”. E o resto da gama de tributos que pagamos? Vão para onde? Para o nosso bolso não é. Sequer a acessibilidade nós temos. É buroqueira que não acaba mais, o que a Prefeitura faz é somente paliativo. O Governo fica fazendo tapa-buraco, mas haja tapa-buraco, porque há empresa com 30, 40 caminhões. A gente sabe que é muito peso para circular todo dia. Não temos calçadas para os pedestres. Temos duas escolas para atender a toda a comunidade. Além disso, há a questão do Parque Linear do Aricanduva, que não sai. O que está saindo é invasão. Todo dia tem invasão lá, cada dia há mais barros. Então, precisa haver melhoras.

Um ponto para o qual venho chamando atenção é o seguinte: a Prefeitura nos chama, em pleno domingo estamos aqui, depois a Prefeitura aprova o contrário do que foi decidido. Para falar dos problemas do Palanque, do Jardim Santo André, de São Mateus, do que quem mora nesses bairros! Nós é que temos as dificuldades. Se o bairro é irregular, então a Prefeitura tem que regularizar; porque, se ela não regulariza o que tem e não coíbe o que passa a haver todo dia por omissão, ela também é culpada. Então, nós queremos que saia o parque linear, que se mude esse zoneamento, pois criaram um zoneamento esdrúxulo. Porque lá, bem na área de empresa, colocaram Zepag, mas não tem agricultura nem minério para

explorar. Não sei de onde veio esse zoneamento esdrúxulo, que não bate com a realidade.

Então, está na hora de a Prefeitura atender à comunidade, como na questão dos ônibus. Tiraram várias linhas, ficou todo mundo perdido. Para trabalhar, é outro ponto e, aos sábados e domingos, estão tirando 70% da frota. Quer dizer que o trabalhador só serve para trabalhar como burro de carga e pagar tributo? Uma mãe não pode levar uma criança ao parque porque vai ficar quatro horas no ponto. É uma vergonha. (Palmas)

Agora piorou ainda mais: tiraram todos os pontos de ônibus e colocaram uma madeira. Ponto de ônibus é necessidade, não é para virar marca de empresa, não. Cada vez que mudar a gestão, vai mudar o ponto? Qual a finalidade do ponto de ônibus? Um abrigo com um mínimo de assentos para as pessoas que precisam, como mães, pessoas idosas, deficientes. Em São Paulo, não, cada vez que muda a gestão, é como se fosse uma logomarca. O que é isso? Aliás, a responsabilidade do ponto de ônibus deveria ser da empresa, pois é ela que ganha o recurso e explora o usuário.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra a Sra. Nilza Pires dos Santos, da região de São Mateus, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1.

A SRA. NILZA PIRES DOS SANTOS – Boa tarde. Sou moradora do conjunto São Francisco setor 1A e do Movimento de Moradia Sem Terra Leste 1.

Faz tempo que estamos reivindicando, para a região do São Francisco, moradia. Tínhamos o terreno do quilombo, mas construíram no nosso terreno. Atenderam menos pessoas do que deveriam. Então, queremos que essas ZEIS sejam respeitadas e que repassem para nós área para moradia. Há muita gente aguardando moradia em São Paulo. Só vemos ocupações em terrenos e está tendo muita desapropriação, muito despejo. Estão tirando o pessoal da favela, que não está tendo para onde ir. Eles pagam Bolsa Aluguel e depois se esquecem das famílias. Depois de receberem Bolsa Aluguel, acabou, pois não têm onde morar.

Então, queremos uma resolução. Queremos que o Plano Diretor atenda as nossas famílias do São Francisco e da zona Leste, de São Mateus.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra a Sra. Cristina Marins, da Associação Por Moradia Boa Esperança.

A SRA. CRISTINA MARINS – Boa tarde. Cumprimento a Mesa e o Vereador Nabil. Atualmente coordeno um grupo de moradia na região do Boa Esperança. Só para o pessoal entender, acabei herdando essa função da minha mãe, que foi uma militante muito séria, firme e lutadora por moradia na região. Muitos talvez a tenham conhecido: Luci Valente. Como o seu falecimento, acabei assumindo esse compromisso juntamente com um grupo de 160 famílias do Boa Esperança, cujo projeto estamos terminando agora, após 13 anos de espera.

Parabenizo a Administração, pois este momento é importante. Apesar de ouvirem críticas, coisas boas e outras não tão boas, este é um fato histórico. Eu mesma, nos últimos anos, nunca fui chamada pela Prefeitura para discutir qualquer assunto que fosse ou para dizer se estou ou não satisfeita com alguma coisa.

Eu gostaria de registrar que precisa haver uma forma de identificar movimentos sérios, entidades sérias que fazem trabalhos sérios com o povo. É preciso tentar identificar quem são essas entidades, essas associações que já têm um trabalho no Município, que já fazem isso de forma correta, para que a Prefeitura se aproxime dessas entidades.

Há uma lista de espera de duas mil famílias para um movimento de moradia. Como ter oportunidade com a Administração para atender esse grupo de pessoas? Assim como eu, há diversas companheiras que falaram aqui que trabalham em projetos de moradia e, com certeza, com seriedade.

Outra coisa que acho que o Poder Público precisa ter também é agilidade na entrega dessas moradias. Recentemente, passamos por um processo de invasão sério, muito sério, do qual inclusive eu fui feita refém. Vemos que são pessoas que se aproveitam de famílias, que sequer sabem o que estão indo fazer, com a promessa de que, após invadirem,

vão tirá-los de lá e vão lhes pagar um Bolsa Aluguel.

Nós, lideranças que estamos à frente, sofremos, pois encaramos pessoas mal-intencionadas, que não sabemos sequer o que vão fazer com a gente. Tudo isso pela demora na entrega dessas moradias. Falta planejamento e falta saber da infraestrutura na construção. Então, são coisas das quais precisamos conversar. Às vezes são pequenos detalhes que fazem uma diferença brutal na conclusão de uma obra, que, talvez se tivesse tido um planejamento melhor, teríamos conseguido concluí-la e entregá-la sem tanta demora, sem invasão, sem todo esse desespero que tem sido.

As famílias esperam 13 anos e veem outras pessoas entrarem no que é delas, arrebentarem suas portas. Por isso, precisa ter essa parceria com as entidades sérias, que trabalham sério e mais agilidade no processo, pois a morosidade facilita a invasão. Temos, então, que parar e pensar sobre isso. Estou relatando isso por que fui vítima.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigada, Cristina. Conheci sua mãe, uma grande militante de moradia. Quando fui superintendente, tive muito contato com ela. Seu papel na luta pela retomada dos mutirões, paralisados, foi muito importante.

Peço uma salva de palmas para a Luci.

- Aplausos no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. Lourival Afonso de Brito, das Associações do Moradores do Jardim Nova Conquista.

O SR. LOURIVAL AFONSO DE BRITO – Boa tarde à Mesa, ao Subprefeito de São Mateus, ao Vereador Nabil.

Primeiramente, vou falar um pouco de divulgação. Nós estamos sabendo desta audiência pública através do *site*. Não vi faixas avisando. Daí o número tão pequeno de pessoas. O setor de publicidade está devagar.

Vou completar o que a Cristina falou e fazer duas reivindicações. Sobre o

transporte, infelizmente ele está ruim mesmo. Em alguns lugares, está indo bem. O pessoal do Parque São Rafael, da linha que faz final na Praça do Costinha, não me lembro o numero, está cobrando mais ônibus, pois chegam a ficar 40 minutos esperando um ônibus. Gostaria que os ilustríssimos Vereadores encaminhassem esse pedido à São Paulo Transporte, que deveria ter mandado alguém para esta reunião.

Outra reivindicação do pessoal do Jardim Nova Conquista é o Parque Jardim da Conquista 2, que está aberto, mas no qual precisa ser feito bastantes coisas. As mulheres estão pedindo aparelhos de ginástica.

Sobre a regularização fundiária, a Cristina está certíssima. O Jardim Vila Bela está felizmente entrando num projeto para ser regularizado.

Juridicamente falando, são muitas as leis criadas, mas ficam todas no papel. A lei tem que ter a parte prática também. A parte técnica é bonita no papel, mas a parte prática fica estacionada. É isso o que está acontecendo.

Por exemplo, a Lei Federal 257/01 dá condições para se buscar verbas tanto no Ministério das Cidades como no Estado e no Município. Só está faltando mesmo buscar a verba e colocar na execução de obras.

O Subprefeito de São Mateus sofre, pois a situação é difícil. Há muita coisa para se fazer, mas sequer há máquinas. Vamos licitar, Vereador. Peça para o Sr. Prefeito licitar mais máquinas e, assim, ajudar o Subprefeito.

O distrito de São Rafael é grande e está precisando de uma subprefeitura para aumentar o pessoal para trabalhar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Esclareço que há assuntos que são pertinentes ao Plano Diretor. Outros, a outras políticas e à implementação. Muitas das coisas que você falou são importantes, mas não são assunto especificamente do projeto de lei.

Teremos, então, que fazer uma triagem daquilo que efetivamente cabe no projeto,

porque é para se pensar o conjunto da Cidade e não questões de gestão cotidiana da Cidade.

Tem a palavra a Sra. Fernanda Kelly Abrão de Almeida Alves, do Movimento Leste 1, representante do conjunto habitacional Florestan Fernandes.

A SRA. FERNANDA KELLY ABRAÃO DE ALMEIDA ALVES – Boa tarde. Sou representante da Leste 1 e faço parte da demanda do José Maria Amaral e Florestan Fernandes. Eu gostaria de saber o que o Plano Diretor prevê para melhorar o transporte público da região, como, por exemplo, Cidade Tiradentes, dando exemplo direto da Linha Barro Branco 2 para o Parque Dom Pedro II, que foi tirado de sua atividade, sendo que, com essa linha, pagávamos uma condução, mas, tirando essa linha de movimentação, passamos a pagar duas. Então, a empresa lucra, sim. Para onde vai esse dinheiro do transporte, já que todo mundo aqui pega transporte público, ninguém paga passagem fiado, ninguém deixa para pagar a passagem depois, todo mundo passa o bilhete único e a passagem é paga? Para onde vai esse dinheiro?

Eu gostaria de saber também por que são permitidas as invasões de apartamentos e terrenos? Por que esperam que as famílias criem raízes nos lugares? Por que a demora para retirá-las, sendo que, quanto mais demora, mais caro fica para poder tirar, já que é feita uma negociação, às vezes até com ressarcimento, para que as famílias saiam dos lugares?

Eu gostaria apenas de deixar um lembrete: na terça-feira, às 14 horas, teremos um ato em frente à Câmara Municipal. Contamos com todos lá. (Palmas) Acho que não é só esta conversa que estamos tendo aqui. Vale, sim, estarmos na porta da Câmara, na porta da Prefeitura, incomodando mesmo, porque, se não for assim, infelizmente, lamentavelmente, não temos retorno, ou, quando temos, é mínimo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Fernanda.

Temos mais quatro inscritos: Maria do Socorro, gestora do CEU; Rose, do Grupo de Mulheres; Angelo; e Maria Lúcia.

Socorro com a palavra.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Só uma informação. Senti necessidade de dar esta informação a partir da fala do Pedro, que já foi embora. Ele falou de algo muito importante sobre a universidade pública. Eu gostaria de esclarecer que, aqui, na nossa região, a DRE de São Mateus e na Subprefeitura, já estamos com as obras da Universidade Aberta do Brasil concluídas em três CEUs. E aqui no CEU São Rafael, quem entrou pela Portaria 1 percebeu que há um reboiço de obras: é porque estamos com obras da Universidade Aberta aqui também. Com certeza, em 2014, estaremos com quatro polos da Universidade Aberta na DRE de São Mateus.

Um destaque: aqui no CEU São Rafael, além dos cursos de pós-graduação – mestrado e doutorado -, teremos também cursos de graduação nas áreas de Física, Química e Matemática. Maiores informações aguardaremos da Secretaria Municipal de Educação, mas, com certeza, teremos esses quatro polos da Universidade Aberta do Brasil aqui em São Mateus. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado pela presença e pelo esclarecimento. A Maria do Socorro é gestora do CEU São Rafael.

A próxima é Rose Pessoa, do Grupo de Mulheres. E o último inscrito é o Antonio. Estão encerradas as inscrições. Pode falar, Rose.

Tem a palavra a Sra. Rose.

A SRA. ROSE – Boa tarde a todos. Falo de uma coisa importante, que pode fazer parte do Plano Diretor. Além de assegurarem as áreas de proteção ambiental e as ZEIS, essas poderiam servir para a criação de equipamentos, a fim de pesquisas na área de educação, seja pesquisa ambiental, para que crianças e estudantes, após saírem do período escolar, tenha o seu aprendizado estendido.

Nós, em São Mateus, temos várias deficiências, principalmente a moradia. Não podemos de pensar na juventude, nas crianças, nessa turma que está vindo aí. Não temos um equipamento de pesquisa. Não temos nada de extensão da vida escolar. Deixo esse item, para

que ele entre, porque temos necessidades sim de um equipamento de pesquisa, já que estamos muito próximos de mananciais. Isso é muito importante.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Ângelo Iervolino, Diretor do Meio Ambiente do Fórum para o Desenvolvimento da zona Leste e Presidente da Sociedade Ambientalista Leste.

O SR. ÂNGELO IERVOLINO – Boa tarde a todos. Deixei de falar mais no fim para ter um apanhado do que estava sendo falado. Pediram que eu reforçasse a questão do parque. Ainda ficou faltando na lista o Parque de Integração. Ele está dentro de três subprefeituras. A questão também é quando iniciarão as discussões do plano regional. Eu, como ambientalista, tenho verificado que se falou de aterro. É uma judiação, porque será fechada a Avenida Sapopemba, para ser feito o terceiro aterro em São Mateus. Vão juntar o Aterro São João com o novo aterro. Com esse novo aterro, farão um desvio.

Atrás disso, há também outras coisas. Temos muita falta da educação ambiental. Deveríamos assumir um compromisso, não somente por meio da escola, mas também nos nossos grupos de trabalho e na nossa associação, levando a questão da educação. Podemos perguntar quantas pessoas descartam corretamente o lixo reciclável. Em cima disso, temos uma questão a respeito do zoneamento, onde podem ser construídos os equipamentos para a coleta seletiva, as centrais de triagem.

Hoje, pela nossa legislação, pelo nosso zoneamento, esses equipamentos só podem ser efetuados no NR3, Não Residencial 3. Parece-me que há um projeto, inclusive na Câmara, não para mudar o zoneamento, mas sim para a ocupação nos zoneamentos. Não adianta também só culparmos o Governo pelo que está acontecendo. Nós também temos de assumir o nosso compromisso. Precisamos falar, conversar mais e nos organizarmos. Foi falado, muito seriamente, sobre a questão das entidades. Há várias delas na nossa região. Precisamos selecionar aquelas que realmente fazem o trabalho, procurando o interesse de

todos e não o interesse próprio. Boa tarde a todos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. Antônio Alves de Oliveira, Presidente da Cooperativa Cooperpeople.

O SR. ANTÔNIO ALVES DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Cooperpeople são essas lotações permissionárias que os senhores conhecem na região, principalmente o pessoal da zona Leste, São Mateus, Sapopemba e Tietê. Ela atende até o Conquista e o Nova Conquista.

Em primeiro lugar, também acho que seria necessário divulgarem um pouco melhor essas audiências públicas. Falta um pouco de informação. Gostaria que os Vereadores e o Subprefeito pudessem fazer um trabalho melhor de divulgação. Assim esse auditório poderia estar cheio, principalmente uma vez que, na região Leste, foi onde aconteceram as maiores mudanças no transporte coletivo. Estive com o Sr. Secretário na segunda-feira. S.Exa. até pediu desculpas para a população, porque houve uma mudança muito radical, e não houve tempo para que houvesse uma divulgação melhor.

Proponho também aos moradores, aos Presidentes, à subprefeitura e aos Vereadores que chamassem também as empresas e as permissionárias de São Paulo, para discutirem, quando forem mudar as linhas. Digo isso porque conhecemos as dificuldades dos moradores. Pelo menos, a Cooperpeople atua diretamente aí. É de conhecimento que, nas nossas linhas, veículos ainda andam em ruas de terra, sem asfalto. Estamos lá de madrugada, aos sábados, domingos e feriados.

Com a nossa frota hoje, transportamos, por mês, dez milhões de passageiros. Em finais de semana, as empresas de ônibus concessionárias reduzem mesmo, em torno de 50% a 60% da frota. Nossa frota roda em torno de 70 a 80%.

Um colega nosso falou da sua insatisfação, da dificuldade em não haver transportes. O transporte, em São Paulo, é dividido em dois tipos. Primeiro, permissionário, que

são cooperativas e concessionárias. As permissionárias são cooperativas, porém elas têm um limite de veículos. A lei do município permite só até 6.000 carros. Nós não podemos aumentar a frota. Muitas vezes, queremos aumentar ou atender à população, mas não temos frota, porque a lei do município limita-a em seis mil veículos.

Vinha um novo modelo de processo licitatório. Íamos perder mais ainda. Graças a Deus, o Sr. Secretário e o Governo entenderam. Iam reduzir de 6.000 carros para 4.000, mas mantiveram os 6.000.

Faço um apelo ao Sr. Subprefeito, especialmente no que se refere às linhas da Cooperpeople, que atendem a dois hospitais na região, o Hospital Sapopemba e o Hospital São Mateus. Em muitas vezes, como a distância está entre nove, dez e até 12 quilômetros, e a população da comunidade, muitas vezes, não conta com o transporte de um veículo, pessoas são transportadas pelo hospital, por meio de nossos carros. As ruas são difíceis. Às vezes, há senhoras e senhores com dificuldades. Falo principalmente das ruas no Jardim Tietê, no Nova Conquista e no Jardim Santo André, o qual chamamos de Morro de Sabão. Não há asfalto. No Tietê, há asfalto, mas é pior do que ruas com terra.

Faço um apelo ao Sr. Subprefeito, para que desse uma atenção especial a nossa região. Peço também que o Sr. Presidente, nobre Vereador Nabil Bonduki divulgue e chame a população para esses debates, para discutir esses planos de mobilidade urbana.

A Cooperpeople também faz o seu trabalho social. Hoje estamos com aproximadamente 50 jovens aprendizes dessa região, onde eles, com 16 ou 17 anos, têm oportunidade de terem o seu primeiro emprego. Hoje fazemos esse trabalho. Só do Cepac e do Ford(?), estamos com 30 jovens aprendizes, a quem demos oportunidade de terem o seu primeiro emprego. Fica difícil para o jovem dessa região arrumar um emprego na Cidade ou se locomover. A Cooperpeople também está de portas abertas.

Deixo o telefone da Cooperpeople para todos os presidentes das associações, que quiserem nos procurar e discutir, nas regiões onde operamos. Onde podemos ajudar, estamos

de portas abertas. O telefone é 2911-0675. Operamos no Jardim Santo André, no Jardim Sapopemba, no Conquista e no Nova Conquista. Estamos de portas abertas para receber os senhores e discutirmos o melhor para a população.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – A questão do plano de mobilidade é outro instrumento previsto no Plano Diretor. O Plano Diretor prevê o plano de mobilidade, mas o plano de mobilidade vai entrar num nível de detalhe que o Plano Diretor não entra. O Plano Diretor vai definir, num eventual transporte coletivo, os sistemas que chamamos de estruturais, de metrô, trem e corredores estruturados de ônibus, à esquerda. A questão de linhas de ônibus será discutida no Plano Diretor. O plano de mobilidade e a licitação, que foi suspensa e deverá ser lançada, vão tratar das linhas. Já houve algumas manifestações sobre mudanças de linhas. O que a Prefeitura está buscando é reestruturar o sistema, para que ele possa funcionar de maneira mais eficiente. Isso deve trazer vários problemas, principalmente porque o trabalho foi feito de uma maneira muito rápida e talvez com pouca informação e pouco debate.

Estamos promovendo esses debates para o Plano Diretor, para que, quando forem feitas mudanças, elas sejam feitas com conhecimento, podendo haver a discussão da população como um todo.

Tem a palavra a Sra. Maria Lúcia Belenzani, minha assessora do gabinete, na área do meio ambiente.

A SRA. MARIA LÚCIA BELENZANI – Boa tarde a todos. Pedi a palavra para chamar a atenção para levantar uma questão, que a Subprefeitura de São Mateus tem uma grande do seu território incluído na macrozona de proteção ambiental. Ao contrário do que acontecia no Plano Diretor anterior, onde a macrozona era só uma macrozona e não tinha subdivisões, agora, nesse plano, há as macroáreas, que ficam dentro dessa macrozona.

Há a macroárea de preservação. Nessa região, ela corresponde à área proposta para o Parque das Nascentes da cabeceira do Aricanduva. Até onde sei, já há recursos.

Quanto às outras três, há uma macroárea de contenção da expansão urbana e de uso sustentável. Parece-me que geograficamente, ela acaba por substituir onde havia a Zepag(?) e não há mais. Há as duas outras macroáreas, a de redução da vulnerabilidade e a de recuperação ambiental.

Olhando, não conheço a fundo a região de São Mateus. Não sei se essa macroárea de contenção e de uso sustentável cabe nessa região. Nesse sentido, faço uma provocação, para os senhores fazerem essa leitura com atenção. Haverá uma audiência específica para falar das macroáreas, marcada para o dia 9 de dezembro. Olhem isso com cuidado. Estamos lá para recebermos as considerações dos senhores e acolhê-las no Plano Diretor, sim ou não, ou justificar por que elas não foram acolhidas. Peço um olhar especial. Tenho um olhar de fora. Sou engenheira agrônoma de formação. Então, tenho um olhar para essa área com muito carinho, mas não estou certa se realmente cabe aqui essa macroárea.

O atual plano que está sendo proposto, o atual projeto de lei, não tem Zepag(?), mas também não tem Zepam. Então, não sei se seria o caso de estudarmos algumas áreas, grafando-as, para garantir que elas sejam preservadas. A questão da região está claro, é transporte e moradia, mas há áreas especiais.

Vou pedir para os senhores explicarem um pouco melhor a questão do tempo e da escala entre o Plano Diretor, zoneamentos e planos regionais, porque muitas das questões que fato trazidas aqui cabem muito mais nos planos regionais. Eu, que trabalho na Câmara e com o Vereador Nabil Bonduki, sei como essas coisas encadeiam-se. Essa questão merece uma explicação. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Há uma pergunta da Sra. Sueli, que vai nesse sentido: “Quando ocorrerá a revisão do plano diretor regional?”

Tem a palavra o Sr. Fernando, para responder algumas questões.

O SR. FERNANDO – É importante ressaltarmos que as contribuições aqui colocadas são todas muito legítimas. São contribuições que geram insumos que qualificam o

processo, tanto com conteúdos, quanto com propostas feitas. O conhecimento dos senhores da região é fundamental, para que, nessa visão da Cidade como um todo, que queremos estabelecer, sejam respeitadas essas especificidades locais.

Farei um breve resumo das questões colocadas. Primeiro, o processo participativo agora está num momento muito interessante. Temos uma proposta. Fica muito fácil discutirmos a partir de um ponto de partida. O trabalho foi construído em quatro etapas, uma avaliação temática, depois propositiva, depois sistematização e, por fim, o debate da minuta. Em todas essas etapas, houve um *site*, onde podem ser apresentados os conteúdos, para serem debatidos, além de haver um espaço aberto para questões relativas ao plano. As audiências públicas também foram temáticas e regionais. Há uma metodologia pensada, a fim de permitir arranjos e combinações entre pessoas, para que potencializassem o número de propostas feitas. Há outra questão importante, com relação ao Plano Diretor, pensado com o conjunto de planos que vão além dele, que impactam na Cidade, impactam na região.

Estamos no momento de revisão do Plano Diretor. No dia 28 agora, haverá uma reunião do Conselho Municipal de Política Urbana, onde será apresentado um estudo nacional, para pensarmos a questão do zoneamento, como se desenha a Cidade e quais são as normas, e o que vai subsidiar a revisão do zoneamento. Começamos a fazer uma série de estudos bem preliminares ainda, mas o zoneamento ficaria, a princípio, para o ano que vem, com um debate da Cidade, como um todo, para entendermos essas formas de uso e ocupação, para, muito provavelmente, no final do ano que vem, depois das atividades da eleição e da Copa, fazermos um debate específico dos planos regionais. As demandas são legítimas, só que é importante enquadrá-las nos lugares adequados. O objetivo aqui é tentarmos também explicar isso.

Falarei sobre outro ponto, a política habitacional de equipamentos públicos. Para além da questão das ZEIS, há um instrumento muito importante, a quota de solidariedade. É um instrumento que, de alguma forma, opera no jeito como a Cidade é feita. A ZEIS reserva um território muito importante para a construção.

Quanto à quota, quanto mais a Cidade reproduza, quanto mais se construa a Cidade, mais habitações de interesse social são feitas. Então, a quota é um instrumento importante nesse sentido. Ele precisa ser aprofundado. O momento agora é de colhermos contribuições e entendermos se, de fato, há uma estrutura de uma proposta nesse sentido. Além disso, há uma questão colocada por muitos, os corredores, como o monotrilha que vem para a região, e corredor da Jacu-Pêssego. Eles têm um potencial para gerar emprego e habitação. Há mecanismos que relacionam a política habitacional aos lugares de transporte. Essa é uma questão fundamental, ainda mais essas políticas culturais, de qualificação das atividades e desses equipamentos, que podem ser pensados em outros planos.

Por fim, com relação às ações prioritárias, que, muitas vezes, respaldam nas questões ambientais, elas visam especialmente os territórios mais vulneráveis. Então, essas ações são fundamentais, pois são articuladas. Há ações propostas para essa área. Essas contribuições podem qualificar o projeto de lei, trazendo novas ações, que têm de ser feitas na Cidade inteira e nas regiões. Essas ações específicas, que priorizam esses territórios vulneráveis, precisam se articular. Para essa articulação, é fundamental o conhecimento de quem mora na região.

Então, nesse processo de gestão democrática das políticas urbanas, é fundamental a participação dos senhores. Então, a participação, na audiência pública hoje e a participação nesses fóruns que estão abertos, em *sites*, e depois nos outros órgãos colegiados, o conselho municipal de política urbana e o conselho participativo são os lugares para se debaterem essas questões. Alguém falou dessas associações de moradores. Há associações que estão comprometidas com as questões sociais. É fundamental fortalecermos essas entidades, a fim de serem qualificados esses processos que vão impactar na transformação urbana.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. FERNANDO – Isso impacta na Cidade como um todo, na região especificamente. Essa é uma política que também está sendo debatida. Há várias conferências, inclusive a conferência municipal de planejamento das questões dos resíduos sólidos.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. FERNANDO – Está prevista a construção de um novo aterro na região. Temos um mapa que trata das ações prioritárias vinculadas à questão do lixo. Falaram da importância de haver políticas.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. FERNANDO – É importante pontuarmos essa questão na região, com relação a esse sistema que trata dos resíduos sólidos, da gestão integrada. Sobretudo, é especificado um ecoparque planejado, uma central de processamento de coleta seletiva de orgânicos. Por fim, há alguns ecopontos. Nesse mapa, não há essa previsão. Temos de fazer as discussões em locais adequados. Com certeza, no Plano Diretor, essa é uma questão a ser trabalhada. É fundamental fazermos essa discussão com as pessoas que representam essas políticas setoriais. No mapa do Plano Diretor, essa questão não está sinalizada, mas é uma questão fundamental a ser debatida.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Há um certo nível de detalhamento nas políticas setoriais, que serão tratadas nos planos setoriais. Já está em estágio bastante avançado de elaboração o plano municipal de gestão de resíduos, que vai dialogar com o

Plano Diretor. Ele é um plano muito mais detalhado do que o Plano Diretor. Nele vai constar o conjunto da estratégia de resíduos para o município.

É importante colocarmos a proposta.

NÃO IDENTIFICADA – A CTL, Central de Tratamento Leste foi implantada após o encerramento do Aterro São João, em São Mateus. Há o aterro Sapopemba, o aterro São João e a CTL. Agora a CTL vai ser unida com o aterro São João. São Mateus só pode receber o lixo da Cidade. Não temos o direito de ter um programa de coleta seletiva. Podemos receber. Quando digo que aquela conferência do meio ambiente foi vergonhosa, foi mesmo. Foi produto pronto. Fomos lá e fizemos papel de bobo e assinamos em baixo. Eu estava lá e posso dizer isso.

A gestão de resíduos, na cidade de São Paulo, é uma vergonha. Não sei o que acontece. Eu não consigo entender. Sou uma estudiosa do tema. Não conseguimos entender por que, em São Mateus, pode haver aterro sanitário, mas não pode haver uma cooperativa, uma área para tratar o resíduo, antes de ser enterrado. Então, estamos enterrando dinheiro. Acredito que essa é a opinião de muitos que acompanham a questão do resíduo na cidade de São Paulo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. Pedro.

O SR. PEDRO – Como já foi falado, é uma concessão do Estado. Fiquei sabendo que, no dia 31 de outubro, haveria uma visita dos Vereadores de São Paulo no aterro São João. Vereadores pertencem à Câmara Municipal. Se fosse uma concessão municipal, concordaria. Vamos discutir. Mas como disseram que a concessão é estadual, teria de haver a presença dos Deputados Estaduais, mas não, os Vereadores. Como já está começando a ficar no alto do Morro do Cruzeiro, temos o São João de um lado, Sapopemba no meio e o Morro do Cruzeiro no outro lado. Já estamos enchendo o Morro do Cruzeiro. Mataram nascentes, onde fazia churrasco com os meus sobrinhos, o meu casal de gêmeos, os meus vizinhos e os meus

colegas. Virou lixo. Acabou. No meio, há a Avenida Sapopemba.

Há um projeto, de transposição da Sapopemba para preencher um lado e o outro do lixão com mais lixo. A Ecourbs, que é a concessionária, pega o lixo da zona Leste, o lixo do Uruguai. A população do Uruguai inteira, que representa a zona Leste de São Paulo, vem parar aqui. Aqui é uma região rica em nascente de água potável a olho nu. Nós somos uma riqueza de manancial enorme, comparável a Guarapiranga e a Cantareira, mas não é considerada. Por quê? Porque aqui, em São Mateus, é uma região de depósito de gente e de lixo.

Para a Copa do Mundo, proponho uma frase: “Welcome to São Mateus”. Falo de uma terra de bêbados, lixo e drogados. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. Fernando, Subprefeito.

O SR. FERNANDO – Agradeço a presença de todos os senhores nessa tarde para mais uma etapa que estamos tratando, da revisão do Plano Diretor. Sem a presença de todos aqui, esse trabalho não teria tido essa continuidade. É necessária essa manifestação pública da população local, em determinadas situações e regiões na Cidade. Se não houver o envolvimento da população, todo o trabalho que está desenvolvido fica só no papel. Então, é necessária haver essa divulgação, essa manifestação pública, para quem está cuidando dessa revisão saber que há algumas regiões que precisam ser vistas com um olhar mais criterioso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – É muito importante estarmos aqui ouvindo os senhores. Esse é o papel da Câmara. Essa audiência pública é uma audiência pública da Câmara, não é uma audiência pública do Executivo. O Executivo está aqui apoiando o nosso trabalho, porque o projeto de lei é do Executivo. Então, a Câmara está ouvindo a sociedade, para que possamos melhorar o projeto, inclusive introduzindo questões que eventualmente o projeto não tenha olhado. Sabemos que, como qualquer obra, ela vem sendo feita e melhorada ao longo do tempo. Quanto mais pessoas ajudam, melhor ela fica.

Como relator do projeto, digo que essa região de São Mateus tem especificidades importantes dentro da Cidade. Temos de tratá-la com esse olhar específico. É uma área onde há lixo, mas há coisas boas também. É uma região heterogênea, porque há muita diversidade ao longo dela. Ela já conta com uma área já bastante ocupada. Ela também tem uma área de proteção. A lei protege, e está precisando ser reforçada a proteção. Há pessoas que protegem, mas há outros que ocupam o local.

Sabemos que houve um histórico, até porque essas pontas da Cidade, tanto São Mateus quanto Perus, são duas áreas que hoje contam com uma boa parte delas em área de proteção ambiental. Ambas foram áreas onde foram implantados aterros sanitários, tanto Perus quanto São Mateus. São áreas onde estão um dos poucos remanescentes da área de proteção ambiental. Temos de ter esse olhar com cuidado. É bastante pertinente, justa e legítima a questão que os senhores levantam aqui, de ter sido uma área que sofreu muito com a questão dos aterros São João e Sapopemba, os vários aterros que houve aqui.

Falo até da área do São Francisco. Onde está hoje o conjunto habitacional São Francisco, ele foi comprado para ser inteiramente aterro sanitário. Inclusive, quando eu era superintendente, no Governo da ex-Prefeita Luíza Erundina, solicitei que aquela área passasse da gestão da Secretaria de Serviços. Na época, era a Secretaria Municipal de Serviços e Obras. Ela estava nessa secretaria, pois era destinada para um aterro. Aliás, em parte dela, havia um aterro que funcionou por um determinado tempo. Isso foi quando começamos o conjunto São Francisco. Isso foi em 1989.

Falo de uma área que foi muito penalizada por isso. É uma área que precisa também, como a Cidade toda, ter um programa de coleta seletiva. A Prefeitura, independentemente de a conferência ter sido boa ou ruim, está montando uma estratégia, para ampliar significativamente a coleta seletiva dentro da Cidade. Esperamos que isso seja bem sucedido.

Falo de um aspecto importante, que não foi tratado aqui. Falo de toda a zona Leste.

São Mateus, por estar mais próximo do ABC, sofre um pouco menos do que as outras regiões da zona Leste, mais ao Norte, como São Miguel, Itaim e Guaianases, mas também sofre com a falta de emprego. Alguém falou que é uma área que há muitos moradores e poucos empregos.

O Plano Diretor tem uma estratégia clara, aproximar empregos das moradias. Uma área estratégica para isso é exatamente essa região no entorno da Jacu-Pêssego. Então, é importante destacarmos que viabilizar mecanismos para a implantação de atividades não residenciais na região Leste, como um todo, é extremamente importante, para qualificar a região e tornar menos necessário o deslocamento da zona Leste para o centro expandido ou mesmo da zona Leste para o ABC. Aqui há um fluxo importante. Falo tanto Sapopemba quanto São Mateus, em direção ao ABC. Embora mais próximo do que o centro expandido, não é tão favorável como se houvesse empregos na própria região. Essa é uma questão estratégica e muito importante.

Então, esses quatro aspectos tratados aqui, gestão de resíduos, a questão da mobilidade, a questão do desenvolvimento econômico e a questão ambiental são importantes. Destaco a questão da habitação. Muitos aqui são do movimento da Leste 1. São pessoas que estão lutando por habitação. É claro que aqui ainda tem sido uma área de recepção de moradia. Por quê? Porque está na zona de expansão da Cidade. É onde ainda há terrenos vazios. Sabemos que, muitas vezes, há ocupações de terras. Isso não é o que o movimento defende como estratégias. O movimento defende projetos organizados, mas a ocupação, muitas vezes, é uma última alternativa, embora, às vezes, há pessoas que fazem ocupação mais para vender, como grilagem etc.

É claro que a ocupação aqui tem de ser planejada. Temos de definir quais são as áreas que devem ser preservadas, porque elas cumprem um papel ambiental. Elas podem ser ocupadas. Esse planejamento dessa ponta da Cidade tem de ser um planejamento para aquilo que tem de ser preservado e transformado em parque, bem cuidado. Aquilo que pode ser ocupado com habitação ou com outras atividades, que sejam ocupadas de maneira planejada.

Hoje existe uma luta, para que a habitação de interesse social seja construída na Cidade inteira e não apenas como foi levantado por aqui alguns companheiros, que não seja simplesmente habitação só na periferia da periferia da Cidade. Para isso, é fundamental a necessidade de se regulamentarem instrumentos, as ZEIS e a quota de solidariedade, para que se possam produzir habitação em toda a Cidade, não só nas áreas mais distantes, o que tem acontecido. Isso reforça essa situação, onde a moradia está distante, o emprego está concentrado e as pessoas precisam usar muito o transporte coletivo durante todo o tempo todo. Isso gera aumento de custo, mais subsídio e mais tempo perdido no transporte. Essas questões são importantes.

É novamente uma lembrança importante a questão da necessidade de viabilizarmos, no zoneamento, equipamentos para reciclagem. É fundamental que eles possam ser implantados, como também o zoneamento para as atividades não residenciais.

É muito importante essa contradição levantada. Ela é muito grave, pois se busca estimular a geração de emprego na região e o zoneamento não ser compatível com essa preocupação. Já há uma modificação importante no texto da lei, que trata da questão das atividades não residenciais 2. Hoje, no zoneamento atual, proíbem ruas locais.

Sabemos que, na periferia, a grande parte das ruas são locais. Isso gera uma grande quantidade de estabelecimentos em situação irregular. Então, já nas disposições transitórias do projeto de lei, essa questão está colocada e vai facilitar. Até o dia 16, o site da Câmara vai aceitar contribuições por escrito. Apresentem questões que os senhores estão verificando, impedimentos para implantação de atividades não residenciais na região.

Isso não quer dizer que tudo possa ser atendido, mas vamos poder identificar aquilo que é pertinente, para podermos aperfeiçoar o projeto de lei e podermos cumprir os objetivos do Plano Diretor, porque zoneamento, instrumentos, obras, tudo isso não é feito por fazer. O zoneamento não vale por ele, vale pelo objetivo que ele quer alcançar. Qual é o objetivo do zoneamento? Por que proibiram atividades residenciais 2, o NR2 em ruas locais?

Porque se entendeu, na época, que isso poderia gerar um impacto em ruas residenciais, impacto de barulho e uma série de incômodos causados por essas atividades. Só que, na periferia, a grande maioria das ruas são locais. Então, além de cercearem uma atividade que poderia gerar emprego, muitas atividades tornaram-se irregulares.

Então, agora temos de encontrar um meio termo, onde podemos garantir as atividades, verificando quais são os cuidados que precisam ser tomados, para que não gerem incômodos à população. A mesma coisa ocorre com relação aos equipamentos de resíduos.

Boa parte da subprefeitura de São Mateus está na zona de redução de vulnerabilidade social. Isso significa que têm de ser implantados equipamentos sociais, urbanização, regularização fundiária e urbanização de assentamentos. Tudo isso tem de ser feito na região. Podemos também qualificar melhor, identificando onde se concentram mais as vulnerabilidades e os diferentes tipos de políticas sociais, onde há carência efetivamente de escolas, de postos de saúde, para podermos identificar, mesmo dentro dessa zona de redução de vulnerabilidade, quais são as áreas prioritárias, para implantação de certos tipos de equipamentos.

Falou-se pouco de cultura. Uma meta muito importante para o Plano Diretor é reduzir as desigualdades da Cidade, fazendo com que quando esse Plano Diretor chegar, no seu horizonte temporal, a Cidade seja menos desigual do que é hoje, sob o ponto de vista social, de localização de empregos, de equipamentos, parques e áreas verdes. Estamos tentando fazer o melhor, a partir do grande esforço feito pelo Executivo.

Aproveito a oportunidade para agradecer a presença não só do Sr. Fernando como também outros membro do Executivo, do Sr. Subprefeito, da Sra. Gestora do CEU, além de outros técnicos e assessores. Agradeço também muito a presença dos movimentos e das pessoas que largaram as suas casas, as suas famílias, num dia bonito como hoje, para estarem aqui nesse exercício de cidadania, que vai ajudar a construir uma Cidade melhor.

Está realizada a 11ª audiência pública realizada pela Câmara sobre o Plano Diretor.

Vamos seguir até chegarmos à 15ª audiência pública. Já cumprimos uma parte da nossa tarefa. Finalizada a audiência pública, haverá um substitutivo para ser apresentado aos senhores.

Muito obrigado. Estão encerrados os nossos trabalhos. (Palmas)